manchete

i

07-03-2012

Periodicidade: Diária
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 80000

Temática: Administracão Pública
Dimensão: 121
Imagem: S/Cor
Página (s): 24

Hospitais Público-Privados
Braga duplicou custos num ano

Estado gastou mais 79% na Saúde entre 2009 e 2010

No Hospital de Braga, os encargos financeiros subiram para 95 milhões euros em 2010

Entre 2009 e 2010, os fluxos financeiros suportados pelo governo no sector da saúde passaram de 96,4 para 172,5 milhões de euros, respectivamente. Ou seja, este aumento traduziu-se num diferencial de 79% relativamente ao que estava previsto.

Os dados constam do relatório de 2011 elaborado pelo Ministério das Finanças, que é uma espécie de um primeiro retrato dos contratos feitos entre o Estado e os privados para a construção de determinados equipamentos e contratualização de serviços. E as conclusões são claras. Os benefícios de se optar por uma parceria público-privada (PPP) desapareceram.

A derrapagem do orçamento acontece noutros hospitais. É o caso, por exemplo, de Cascais. Em 2009, os encargos financeiros apontavam para 45 milhões de euros. No ano seguinte, em 2010, o valor aumentou para 61 milhões de euros.

Tal como aconteceu em Braga, onde o grupo Mello acabou por vencer o concurso por oferecer os valores mais competitivos, as entidades gestoras do estabelecimento hospitalar de Cascais iniciou a sua actividade nas antigas instalações públicas, enquanto os novos edifícios não estavam prontos.

Já depois da mudança, e no mesmo relatório, este estabelecimento hospitalar surge com risco financeiro elevado ligado ao aumento da inflação, que não foi inicialmente prevista, apesar de o executivo estar protegido por Portugal pertencer à zona euro. Mesmo assim, as despesas com este hospital ficaram 25,7% acima do previsto inicialmente, que eram 71,9 milhões de euros.

Segundo fonte contactada pelo *i*, a proliferação das PPP em Portugal permitiu construir os novos hospitais mais rapidamente, em apenas três anos, diferindo no tempo o pagamento por parte do Estado. Mas o reverso da moeda está a sair muito caro às contas públicas. Sem controlo, espera-se o pior. *R. D. F.*